

extracto de:

"A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA"

2

Aproximação a um estudo

**Grupo de pesquisa sobre a
descolonização portuguesa**

publicado por :

IDL - Instituto Amaro da Costa

3. TIMOR

1. Timor localiza-se, sob o ponto de vista cultural, natural e geográfico, na zona de transição entre a Ásia e a Oceania e na confluência de três áreas de colonização: a Ásia do Sueste, de colonização antiga e variada; a Austrália, de povoamento branco predominante; e a Melanésia, arcaizante, pouco penetrada pela Europa. Se, com a Austrália, não tem historicamente grandes relações, à Ásia do Sueste liga-se pela antiguidade da sua colonização, que remonta ao século XVI, e à Oceania, pelo carácter predominantemente eclesiástico daquela e pela sua marginalidade económica.

Visitado, a partir de Malaca, pelos mercadores de sândalo, desde a conquista daquele empório comercial pelos portugueses, Timor foi atraído à soberania portuguesa sobretudo pela acção dos missionários dominicanos no século XVII. A defesa do catolicismo, ameaçado pelo calvinismo, patrocinado pelos holandeses, provocou no início do século XVIII a consolidação da soberania portuguesa.

A colonização de Timor foi, pois, fruto da primeira expansão europeia de carácter mercantilista e marítimo. Aquando da segunda, de carácter mais dominador, decorrente da revolução Industrial, Portugal perdera já, de há muito, a hegemonia nos mares do Oriente, orientando quase exclusivamente para África a sua acção. Os reflexos dessa segunda expansão a Timor foram pálidos: traduziram-se, economicamente, na instalação de uma economia de plantação, centrada no café, numa área restrita (concelhos de Liquiçá e Ermera); politicamente, na passagem de um regime de tipo protectorado a uma administração mais directa, que, se não suprimiu as autoridades tradicionais, as colocou na dependência directa da administração portuguesa (campanhas militares e reformas de Celestino da Silva — 1894-1908); socialmente, no incremento da imigração chinesa (3 % da população total, com completo domínio do comércio local). Estas transformações não foram, todavia, tão marcantes que tivessem feito perder a Timor a sua característica fundamental: a de uma sobrevivência arcaizante da primeira expansão europeia.

Timor é, não só geográfica, mas étnica, cultural e economicamente, uma ilha. Quase virgem de contactos com as grandes civilizações da Ásia, Timor recebeu de Portugal todos os elementos integrantes de uma civilização superior. Religiosamente liga-se, através do catolicismo dominante, às vizinhas ilhas de Flores e Solor, que de Portugal receberam também a fé católica. Linguisticamente, está igualmente isolada, pois tem por *língua franca*, para uso corrente, o *tétum*, não falado fora da ilha, e, como língua de cultura e administração, o português — enquanto que na vizinha Indonésia todas essas funções são desempenhadas pelo malaio. Os seus contactos com a Indonésia são, de há muitos anos, praticamente nulos: culturalmente, está separado dos focos principais de civilização indonésia por um grande vazio constituído pela zona semi-colonial das Ilhas Menores de Sunda, dependência indonésia de cultura indecisa e mal definida, em que a cultura malaio-javanesa se mescla, sem que se defina uma síntese, a heranças locais e influências portuguesas e holandesas.

Estão ausentes de Timor os três elementos fundamentais que conferem unidade à Indonésia: o Islão, a língua malaia e a elite malaio-javanesa (a cuja expansão a presença portuguesa pôs um dique).

Economicamente, Timor ligava-se predominantemente, como consumidor, ao espaço português (de onde provinham mais de 50 % das suas importações) e, como fornecedor, à chamada «China Exterior», isto é, Singapura, Macau, Hong-Kong e Formosa, que absorvia a quase totalidade do seu único produto de exportação, o café.

Sem grandes ligações culturais nem económicas com os vizinhos, Timor liga-se-lhes sobretudo pela sua posição geográfica — pelo que são de natureza predominantemente geo-política as influências que condicionaram o seu processo de descolonização (1).

2. Timor Oriental, não obstante compartilhe da mesma ilha com território pertencente à Indonésia, apresenta uma individualidade própria. A identidade da parte Oriental de Timor (2) resulta sobretudo das vicissitudes da colonização dos tempos

(1) THOMAZ, «Timor na Área Geográfica em que se Insere», *Democracia e Liberdade*, 6, Junho de 1978, 71-85.

(2) Já antes da chegada dos europeus a metade oriental de Timor — a «Província dos Belos» dos antigos textos — apresentava uma certa individualidade política e cultural, pois formava uma confederação de chefaturas sob a presidência do régulo de Bé-Hall, a que os portugueses chamavam «Imperador», e o predomínio de uma aristocracia de língua *tetum*, os *datos belos*. Provavelmente a influência portuguesa foi facilmente assimilada pelo facto de vir reforçar a individualidade, a unidade e a coesão dessa metade da ilha.

modernos onde a influência da língua e cultura portuguesas são determinantes.

A marca portuguesa em Timor não é tão residual como no resto da Insulíndia. Na verdade, em Timor Oriental a língua de cultura é a portuguesa não obstante seja falada apenas por uns 15 % a 20 % dos timorenses. A própria língua velcular, muito mesclada de português, o *tetum*, que não é falado fora da ilha, apresentava nos últimos anos da efectiva administração portuguesa no território tendências para ceder a sua posição ao português, sobretudo com o esforço despendido na alfabetização das populações rurais. Na parte Ocidental de Timor a língua velcular é a indonésia, uma variante pouco diferenciada do malaio.

A religião católica, professada por cerca de 30 % da população, confere uma identidade própria aos timorenses, sendo facilmente detectáveis importações bíblicas e outras de inspiração cristã nas lendas, mitos e rituais da tradicional prática animista. Entre os cristãos, talvez mais do que em Portugal, mantêm-se em Timor Oriental padrões de comportamento integrados na tradição portuguesa do apadrinhamento e compadrio. Na parte indonésia de Timor amalgamam-se diversas confissões cristãs em que avulta o protestantismo, herdado da colonização holandesa, ocupando o Islão posição de relevo pelo seu carácter de religião dominante em grande parte da Indonésia.

Quanto às instituições, é de notar o sincretismo revelado na organização para-militar interna das chefaturas⁽¹⁾, com as suas «companhias de moradores» com hierarquia de postos copiada do exército português e com as vozes de comando em português, mesmo quando os intervenientes não o saibam, em mais alargado âmbito, falar.

Tem elevado peso diferenciador na identidade de Timor Oriental o facto da evolução das formas de integração sócio-política das duas metades da ilha se ter, prolongadamente, desenrolado sob suseranias diferentes. Não só eram distintos os senhores, como também concorrentes, numa posição vincada e com frequência violenta. A consciência de nacionalidade facultada pela influência agregadora da presença soberana de Portugal em Timor Oriental ficou a dever-se à vincada oposição existente, primeiro à Holanda e depois à Indonésia. A consciência dessa oposição abarcou os vários extractos da sociedade timorense tradicional, não se restringindo aos mais elevados, mau grado os usuais parentescos entre famílias, de um e de outro lado da fronteira.

⁽¹⁾ Tipo mais ou menos para-feudal de organização sócio-política em Timor consubstanciada em regulados, sucus independentes, sucus dependentes, etc.

Um traço característico de Timor Oriental, de certo consequência da forte vinculação do totemismo na cosmogonia timorense, é o culto à Bandeira Portuguesa. O Juramento «pela Terra e por Deus» veio a dar lugar ao Juramento «pela Terra e pela Bandeira», como vinculação ao compromisso aceito pela sociedade para-feudal timorense que a sua própria dignidade colectiva transforma em culto.

A fidelidade dos timorenses à Bandeira Portuguesa era, talvez, essencialmente, uma fidelidade a si próprio e à sua Individualidade étnica, de que a cultura luso-timorense é elemento agregador fundamental. Através dela sentiam-se ligados primariamente a Portugal, entidade histórico-cultural, como fonte dessa cultura, e, secundariamente, a Portugal, entidade política, como poder protector, defensor dessa individualidade.

Remanescência tardia da primeira fase da colonização portuguesa, caracterizadamente de mercantilismo, suserania e evangelização, Timor Oriental não chegou a passar pela fase da exploração colonial com a consequente apropriação dos meios de produção pela potência colonizadora. Comparativamente com as colónias africanas de Portugal, não existia em Timor uma acentuada diferenciação quer racial, quer mesmo cultural entre as duas comunidades em presença (1). Sem perderem a sua própria identidade, a grande maioria dos timorenses suficientemente evoluídos para terem a percepção do fenómeno que os circundava, sentia-se convictamente portuguesa, esperando de Portugal adequada correspondência, nem sempre verificada. A separação entre o poder económico — nas mãos da comunidade chinesa — e o político — nas mãos de Portugal —, bem como a debilidade de concorrência dos metropolitanos no mercado de emprego — 81 % dos funcionários públicos, por exemplo, eram nativos —, aliados aos factores histórico-culturais já apontados permitiram que o criticismo em relação à administração não tenha revestido senão formas suaves, e que a soberania portuguesa continuasse em geral a ser benquistada. Daí que, antes de 25 de Abril de 1974 não tivesse aparecido no território nenhum movimento político autonomista.

O processo de descolonização de Timor dirigido a partir de Lisboa nem sempre teve presente a identidade timorense. A tragédia em que se transformou o saldo final da descolonização portuguesa de Timor demonstrou-o. Mais uma vez Portugal voltou as costas a quem teimava em estender-lhe a mão, quebrando a honra dos compromissos que a História testemunhou.

(1) THOMAZ, *O Problema Político de Timor*, «O Problema Económico de Timor», *Revista Militar*, 26.º volume, II Série, N.º 8, Agosto-Setembro, 1974.

Timor. Notas Históricas-Linguísticas, Separata de Portugaliae Historica, vol. II, 187-300.

3. O golpe militar de 25 de Abril de 1974, em Lisboa, foi encontrado como Governador de Timor Alves Aldela, o qual, juntamente com o Governador de Macau, não foi destituído das suas funções pela Junta de Salvação Nacional.

Alves Aldela, que estivera em viagem de serviço em Lisboa por altura da «Revolta das Caldas», em meados de Março de 1974, acusou os revoltosos, à sua chegada a Díli, de traidores, ao dirigir-se aos numerosos timorenses que o aguardavam no aeroporto, a fim de o saudarem. Contudo, conhecida a vitória do Movimento das Forças Armadas, poucos dias depois, o Governador apressou-se a evitar que as palavras proferidas à chegada, fossem transcritas no jornal *A Voz de Timor* (1), divulgando solenemente a sua adesão ao Programa do movimento vitorioso, em proclamação que dirigiu ao Conselho Legislativo(2).

A indecisão que se seguiu ao golpe militar foi marcada em Timor pelo aparecimento de associações políticas e pela polémica estabelecida entre Arnão Metelo, que ali representava o Movimento das Forças Armadas, e o Governador, o qual era acusado por aquele de não estar a trabalhar «à sua moda» e pelas responsabilidades que mutuamente se atribuíam de apolar este ou aquele movimento. Enquanto Arnão Metelo era acusado de favorecer a integração de Timor na Indonésia, participando na constituição da AITI, posteriormente denominada APODETI (3), Alves Aldela era, por sua vez, acusado de favorecer a UDT e a ASDT, antecessora do FRETILIN, a quem deu subsídios, recusando-os à AITI. Apesar de não ter sido destituído, como aconteceu com os demais governadores dos restantes territórios ultramarinos administrados por Portugal, com excepção do de Macau, Alves Aldela conseguiu resistir à natural desconfiança de Arnão Metelo, que ambicionava ocupar o lugar, sobretudo aquando da visita a Díli de dois outros representantes do Movimento das Forças Armadas, Garcia Leandro(4) e Gonçalves, aos quais haviam sido conferidos plenos poderes para destituírem o Governador, nomearem o seu eventual substituto, ou confirmarem Alves Aldela no seu cargo. As quesílias entre o Governador e o representante, em Timor, do Movimento das Forças Armadas mantiveram-se até à demissão de Alves Aldela, pouco antes da renúncia de António de Spínola do cargo de Presidente da República Portuguesa, em Setembro de 1974, pois a função de Governador, que desempenhara durante mais de cinco anos, havia perdido todo o sentido, devido à política do

(1) CRAVO, *Fol Timor*, 84-86; *A Voz de Timor*, 26-4-74.

(2) *A Voz de Timor*, 3-5-74.

(3) CRAVO, *Id.*, 86-88; CASCAIS, *Timor. Quem é o culpado?*, 18.

(4) Garcia Leandro acabaria pouco depois por ser nomeado Governador de Macau.

«facto consumado» que lhe era imposta pelos representantes locais do Movimento das Forças Armadas.

Alves Aldela foi substituído interinamente no cargo por Níveo Herdade, que desempenhava as funções de 2.º Comandante Militar e manteve a política definida pelo seu predecessor, de autonomia progressiva, tendo em vista a completa auto-determinação do povo de Timor. Entretanto, as dissensões entre o Governo de Timor e os representantes locais do Movimento das Forças Armadas iam-se agravando (1).

Logo após a visita do Ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, a Timor, em Novembro de 1974, quando o processo de descolonização dos territórios ainda administrados por Portugal ganhava dinamismo, foi nomeado um novo governador para Timor, Lemos Pires, o qual acumulou o cargo com o de Comandante-Chefe das Forças Armadas. Lemos Pires chegou a Timor acompanhado por um grupo de oficiais ligados às estruturas do Movimento das Forças Armadas, na sua maioria escolhidos por Arnão Metelo, com o propósito de acelerar o processo de descolonização daquele território, não obstante ter resultado da visita de Almeida Santos a confirmação de que o povo timorense não estava interessado numa rápida desvinculação dos laços que o uniam a Portugal (2).

4. A data do golpe militar de 25 de Abril, não era conhecido qualquer movimento de libertação, ou que pugnassem pela Independência de Timor (3). As poucas revoltas, a última das quais em 1912, antes verificadas, haviam sido localizadas e facilmente neutralizadas pela acção das forças armadas e policiais locais, em cooperação com os «reinos fiéis», sempre dispostos a entrar em acção para salvaguarda e defesa da Bandeira Portuguesa. Tratava-se, aliás, de revoltas pré-colónias, sem ideologia, reacção à consolidação do poder português, e não movimentos pós-coloniais, derivados da colonização e reagindo contra ela. As forças políticas de Timor foram todas criadas à pressa imediatamente após a eclosão, em Lisboa, da revolta militar de 25 de Abril de 1974 (4), com o patrocínio do governo local, que incentivava a sua formação pela concessão a cada partido que se constituía de um subsídio da ordem dos Esc. 50 000\$00 (5).

A União Democrática de Timor, UDT, foi o primeiro partido a constituir-se, com um programa político pouco definido, em que sobressaía o desejo de uma «autonomia progressiva sob a bandeira das quinas» (6) para Timor. A UDT advogava, assim,

(1) CASCAIS, *id.*, 18-19.

(2) *Diário de Notícias*, 23-10-74; *A União*, 16-11-74.

(3) *Revolução*, 19-10-74.

(4) THOMAZ, *Autópsia de uma Tragédia*, 23-34.

(5) CRAVO, *id.*, 86; CASCAIS, *id.*, 15.

(6) THOMAZ, *id.*, 34.

uma cada vez maior participação dos timorenses em todos os sectores da administração pública e a todos os níveis e tão ampla quanto o potencial humano com nível cultural adequado o permitisse, mas sempre à sombra da Bandeira de Portugal; e à integração de Timor numa comunidade de língua portuguesa liderada por um Portugal multirracial, pluricontinental e democrático. O partido estava aberto a todos os timorenses, com excepção daqueles que defendessem ou tivessem defendido «os princípios da alienação da Província a qualquer potência estrangeira» (1).

Mais tarde, levada pela dinâmica do processo de descolonização que se incentivava a partir de Lisboa, sobretudo com a publicação da Lei n.º 7/74, de 27 de Julho, em que se reconhecia, formalmente, o direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, incluindo a aceleração da independência dos territórios ultramarinos administrados por Portugal, a UDT reformula o seu programa, advogando a promoção acelerada, à sombra da Bandeira de Portugal, do desenvolvimento social, económico, cultural e político do povo timorense; a auto-determinação orientada para a constituição de uma federação com Portugal, como Estado Intermediário até à Independência; a integração de Timor numa comunidade de língua portuguesa; e, o repúdio da integração de Timor em qualquer potência estrangeira (2).

A UDT recrutou os seus quadros sobretudo entre as «gerações maduras de letrados», formados sobretudo nos colégios e missões católicas, que tinham, pelo menos desde 1955, como local de encontro, a Associação Desportiva e Recreativa «União». Recrutados ou não entre os sócios da «União», a UDT reuniu rapidamente os principais «valores» de Timor, conquistando, assim, com facilidade, a quase totalidade da população timorense do interior, incluindo os respectivos régulos, porquanto dos partidos que se formaram era dos que menos bulla com as crenças e hábitos tradicionais, com o seu culto à Bandeira Portuguesa e com a sua organização social. Dentro da UDT acabaram por se formar duas tendências, desejando uma levar a «autonomia progressiva» até à independência a longo prazo, dentro de uma comunidade de nações lusíadas, enquanto a outra, advogando embora, também, o princípio da autodeterminação, preferia manter, com leves retoques, o *status quo* (3).

Em meados de Maio de 1974, forma-se o segundo partido timorense, com a designação de Associação Social-Democrata Timorense, ASDT. Embora tivesse o apoio das organizações de

(1) *A Voz de Timor*, 17-5-74.

(2) *Id.*, 30-8-74.

(3) THOMAZ, *id.*, 35-36.

esquerda da Austrália, nomeadamente do Partido Trabalhista então no governo, a ASDT adopta uma política relativamente moderada até Agosto seguinte, altura em que os estudantes timorenses cursando em Lisboa ⁽¹⁾ regressaram a Timor para passar férias, desenvolvendo aí intensa campanha de «esclarecimento político» de extrema virulência verbal e de cunho marcadamente marxista-leninista, transformando a ASDT na Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente, FRETILIN, que adoptou um programa radical semelhante ao do PAIGC, MLSTP, MPLA e FRELIMO, movimentos de libertação que pugnavam pela Independência dos territórios ultramarinos portugueses em África ⁽²⁾.

Do programa político adoptado pela FRETILIN, consta, como objectivo, a independência total de Timor-Leste, pressupondo a realização de um programa mínimo de onde constava o estabelecimento de negociações com o governo português, a fim de serem concretizados os seguintes pontos, considerados como fundamentais: reconhecimento da FRETILIN como único e legítimo representante do povo de Timor-Leste e da Independência *de jure* do povo que habita o seu território; colaboração do governo português com a FRETILIN na tarefa de reconstrução e desenvolvimento do país; nos mais diversos sectores, como no da erradicação total do colonialismo, através de uma profunda e acelerada transformação das suas caducas estruturas, com implantação de outras verdadeiramente ao serviço de Timor-Leste, e rejeição e repúdio enérgico do neo-colonialismo e de todas as formas de alienação da Pátria a qualquer potência estrangeira; revisão de todos os acordos e contratos celebrados pelo governo português com grupos económicos estrangeiros, contratos de compromisso, principalmente no tocante ao desenvolvimento das actividades económicas, como exploração do solo, sub-solo, plataforma continental e marítima do território de Timor-Leste, bem como a ocupação de solos para a exploração agrícola em regime de grande propriedade, actividades desenvolvidas quer por capitais de origem estrangeira, quer de origem portuguesa e, por último, suspensão de todos os processos de natureza contratual, firmados por grupos estrangeiros ou portugueses e endereçados ao governo português ⁽³⁾.

⁽¹⁾ Estes estudantes tomaram, em Abril de 1974, de assalto a Casa de Timor, que transformaram em alfofre revolucionário da FRETILIN, que então fundaram graças ao apoio dos movimentos revolucionários portugueses e das restantes colónias, que haviam transformado a Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos — organismo de apoio aos estudantes ultramarinos cursando em Portugal — em vanguarda revolucionária e de apoio à luta dos movimentos de libertação pela independência das colónias portuguesas.

⁽²⁾ THOMAZ, *id.*, 38.

⁽³⁾ *Frente Revolucionária de Timor-Leste — FRETILIN — Manual de Programas Políticos.*

Desde a sua fundação, foram conhecidas na FRETILIN duas alas, sendo a mais moderada a dos seus membros oriundos da ASDT e a mais radical e extremista a que englobava os estudantes regressados de Portugal, que imprimiu ao partido, por ser a dominante, uma actuação caracterizada por um misto de rigidez e ingenuidade, dada a idade dos seus quadros, quase todos próximos dos 20 anos ⁽¹⁾. Enquanto uns admitiam a possibilidade da Independência de Timor poder vir a ser proclamada depois de um demorado período de transição, com o apoio de Portugal, o que, de resto, se assemelhava ao programa admitido pela ala mais liberal da UDT, outros chegaram a pugnar pelo reconhecimento imediato da Independência de Timor-Leste, do resultados certamente catastróficos, — o que demonstra a ingenuidade dos seus defensores.

A Associação Popular Democrática Timorense, APODETI, conhecida inicialmente por Associação para a Integração de Timor na Indonésia, AITI, era o único partido timorense com vagas precedentes na *Vicarda*, a revolta pró-indonésia de 1950, e sobretudo na revolta de Viqueque, em 1959, tendo alguns dos dirigentes dessa última revolta aparecido como dirigentes de novo partido ⁽²⁾. Contudo, por estranho que pareça, a iniciativa da fundação da AITI não parece ter partido nem dos implicados na *Vicarda*, nem da Indonésia, mas sim do Arnão Metelo, o representante local do Movimento das Forças Armadas, que confessou ter promovido a sua fundação depois de uma visita à Indonésia, organizando as primeiras reuniões do partido em sua própria casa ⁽³⁾.

A APODETI defendia a integração de Timor com autonomia, na Indonésia ⁽⁴⁾; a necessidade de introdução da língua Indonésia como disciplina obrigatória nas escolas secundárias e a abertura de escolas primárias de língua Indonésia, não eliminando a portuguesa; a defesa dos direitos e liberdades essenciais da pessoa humana; a justa distribuição dos financiamentos do governo; o direito à greve dos trabalhadores como forma de consecução das suas legítimas reivindicações; a língua e a civilização portuguesas; a educação e assistência sanitária acessíveis e gratuitas a todas as camadas sociais; a liberdade religiosa, embora a política social tivesse como base a doutrina social da Igreja Católica; a liberdade responsável de pensa-

⁽¹⁾ THOMAZ, *id.*, 38-40.

⁽²⁾ Correspondência trocada, em Novembro de 1974, com Domingos Martins, um dos deportados timorenses para Angola e inocentemente acusado de participação na revolta de 1959.

⁽³⁾ CRAVO, *id.*, 87; CASCAIS, *id.*, 16; THOMAZ, *id.*, 41.

⁽⁴⁾ A Indonésia é uma República Unitária e não uma comunidade que permitisse a inserção de qualquer território dotado de autonomia, por mais suave que esta fosse.

mento e expressão; e, por último, a eleição por sufrágio directo, de acordo com os princípios estabelecidos na Ordem Jurídica ⁽¹⁾.

Apesar do auxílio monetário da Indonésia e do apoio da emissora oficial da metade ocidental de Timor, a APODETI foi, dos três partidos, o que obteve mais reduzido apoio, pois, de entre os régulos timorenses, apenas o de Atsabe, D. Guilherme Gonçalves, lhe emprestou o seu apoio. Contudo, o apoio da Indonésia a este partido nunca foi absolutamente decidido, pois, enquanto uma das suas linhas pretendia a integração pura e simples de Timor naquele país, a outra desejava a integração tendo em vista a reunificação da ilha e a constituição posterior de um novo país independente, o que contava com apolos ocultos entre separatistas da parte ocidental de Timor ⁽²⁾.

Além destes partidos, formaram-se em Timor, durante o ano de 1974, outras duas forças políticas: o Partido Trabalhista e o Kilbur Oan Timur Açuain, KOTA, expressão que, em tétum, significa «Congregação dos heróicos filhos de Timor» e que, numa fase anterior, tivera a designação de Associação Popular Monárquica Timorense.

Defendendo os usos e costumes timorenses e as tradições monárquicas ligadas aos regulados, a KOTA chegou a ter alguma expressão, de certo modo superior à da APODETI, em Janeiro de 1975 e quando da cimeira de Macau. Pretendendo a formação de uma monarquia com características análogas às democráticas do Extremo-Oriente e da Europa, com um rei escolhido entre os régulos locais, através de eleições livres, admitia que Timor continuasse a ser administrado por Portugal, até que o território estivesse dotado com estruturas essenciais à autodeterminação, com respeito pelos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Embora tivesse como objectivo último a independência, a KOTA pretendia que Timor independente surgisse como nação de expressão lusófona com características orientais ⁽³⁾. Por influência do governador Lemos Pires e dos seus colaboradores, a UDT e a FRETILIN acabaram por se coligar em fins de Janeiro de 1975, depois de terem chegado a acordo sobre o processo de descolonização conducente à independência do território, o que correspondia aos interesses do poder em Portugal, que receava a crescente pressão da Indonésia a favor da integração de Timor no seu território e contra a sua independência ⁽⁴⁾, embora Lemos Pires tivesse declarado que a coligação era positiva unicamente

⁽¹⁾ *A Voz do Timor*, 7-6-74.

⁽²⁾ THOMAZ, *id.*, 42.

⁽³⁾ *A Voz do Timor*, 8-11-74. A KOTA, tal como o Partido Trabalhista, nunca foram reconhecidos pelas autoridades portuguesas.

⁽⁴⁾ MOREIRA, *O Drama de Timor*, 30.

porque passaria a existir um único interlocutor perante Portugal, em vez de dois, para se obter uma solução para Timor (1).

Tudo leva a crer que a coligação patrocinada por Portugal não passava de dissimulação da vontade política de entregar o poder à FRETILIN, único partido que exigia a imediata independência de Timor, o que era liminarmente rejeitado pela Indonésia, país que admitiria, quando muito, a entrega do poder à UDT ou à APODETI, mas nunca à FRETILIN (2). A coligação com a mesma facilidade com que foi constituída dissolveu-se, pouco tempo depois, acusando a UDT as Forças Armadas Portuguesas em Timor de estarem declaradamente a apoiar a FRETILIN e este partido acusando a UDT de, através de um dos seus dirigentes, ter obtido o apoio da Indonésia, tendo como contrapartida uma futura influência deste país nos assuntos de Timor Oriental (3).

5. Em Outubro de 1974, Timor fora, pela segunda vez na sua História, visitado por um ministro português, Almeida Santos, que passou em trânsito pela Austrália e Indonésia, a fim de auscultar opiniões sobre o futuro daquele território português.

Recebido em Díli com uma das maiores manifestações da História de Timor (4), Almeida Santos deu a conhecer ao povo timorense a posição das potências da mesma área geográfica sobre o futuro político do território, salientando que a posição do seu governo era a de aceitar para Timor o destino político que a maioria da sua população declarasse pretender, advertindo, embora, que a Indonésia recearia uma independência prematura e que pudesse constituir uma fonte de instabilidade na região (5).

Antes da partida, o ministro português declarou que a manutenção dos vínculos com Portugal parecia ser a única solução válida para Timor, tendo em atenção que, tanto a independência

(1) *Tempo*, 8-7-76.

(2) THOMAZ, *id.*, 68. Almeida Santos, no discurso proferido à chegada a Timor, depois de visitar a Indonésia em Outubro de 1974, advertiu que aquele país não alimentava quaisquer ambições territoriais sobre o Timor português. Contudo, pretendia que a descolonização de Timor não viesse a despertar ambições que pusesse em causa, ou com risco, a estabilidade e a paz da área geográfica correspondente aos interesses da Indonésia. A estabilidade e a paz seriam postas em causa com qualquer solução que não lograsse obter o assentimento da maioria da população de Timor, não obstante reconhecesse que a Integração de Timor no seu território goza de argumentos étnicos, geográficos e até económicos, contudo fazia prevalecer o respeito pelo princípio da autodeterminação. SANTOS, *15 Meses no Governo ao Serviço...*, 178.

(3) MOREIRA, *id.*, 33.

(4) THOMAZ, *id.*, 66.

(5) *Diário de Notícias*, 21-10-74. SANTOS, *id.*, 167-180.

total como a fusão com a Indonésia, «pareciam impraticáveis, atendendo a que Timor não era economicamente viável» e que «os partidários da integração com a Indonésia só eram representativos de um sector infinitesimal da opinião pública»⁽¹⁾. Esta mesma opinião viria a ser sustentada, em Dezembro de 1974, perante o plenário da Assembleia Geral da ONU, por Almeida Santos que, referindo-se ao seu processo de descolonização, salientou ser Timor um «milagre da presença portuguesa livremente consentida», onde «por menos ortodoxo que pareça, à luz da sociologia política convencional, ainda ali por muitos — eu diria mesmo a maioria aparente — é sinceramente desejada a continuação dessa presença». Mesmo assim, o ministro português acrescentou que «muito provavelmente nos meados do próximo ano, recorrer-se-á a uma forma de apuramento da vontade genuína, actual e livre do povo de Timor. Qualquer que seja o resultado dessa consulta acatá-la-emos e seremos dignos dela»⁽²⁾.

Entretanto, e praticamente na mesma data, Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, reafirmava a intenção de Portugal «abandonar as suas colónias» e que a manutenção de quaisquer tipos de laços entre os territórios e a Metrópole conduziria, a seu ver, a formas de neo-colonialismo larvado que o governo português rejeitava em bloco⁽³⁾. O próprio ministro Almeida Santos viria, em breve, a alterar radicalmente a sua posição quanto a Timor, perante as dúvidas que em meios de esquerda se levantavam quanto à concessão da Independência aos territórios ultramarinos portugueses. Dizia a propósito: «Que Independência está em dúvida? Nenhuma. Apenas a de Timor não tem data. Mas tê-la-á em breve»⁽⁴⁾.

(1) Do mesmo discurso do ministro português da Coordenação Inter-territorial salientam-se, por elucidativos, alguns extractos:

«Vou daqui profundamente emocionado e até, se me permitem, com o complexo de culpa de só agora ter descoberto até que ponto é verdade aquilo que me diziam. Eu cheguei, não a duvidar, mas cheguei a não acreditar que pudesse ir tão longe a vossa fidelidade à nossa Bandeira e à nossa Pátria (...). A realidade que se chama Timor é portanto diversa do que se pensa que ela seja. Quando equacionamos os problemas sem o conhecimento directo das pessoas e dos seus sentimentos arriscamo-nos a cometer erros. Espero que alguns desses erros possam ser corrigidos com a minha viagem a Lisboa. Timor é um fenómeno que a sociologia não explica. Penso que em parte alguma do mundo, nos dias de hoje, o culto quase religioso duma determinada Pátria e do símbolo que a representa, ou seja a Bandeira, foi levado tão alto e tão longe (...). Eu diria que o sentimento mais válido de portuguesismo, encontrei-o aqui na população de Timor: (...). Pediram-me que vos dissesse que Portugal não abandona Timor. Aqui vos digo solenemente que pela minha honra posso afirmar-vos que ninguém em Portugal, ao nível do governo de que faço parte, jamais pensou ou jamais pensará em abandonar Timor.» *A Voz de Timor*, 25-10-74.

(2) SANTOS, *Id.*, 208-209.

(3) SOARES, *Democratização e Descolonização*, 208.

(4) *O Século Ilustrado*, 26-4-75.

portugueses que directa ou indirectamente definiram o destino do seu território, depressa verificaram que as garantias que haviam recebido de que Portugal não abandonaria Timor, não passavam de palavras vãs, pois lentamente vieram a perceber que Portugal estava efectivamente ansioso por se libertar daquele longínquo território⁽¹⁾.

6. Em Novembro de 1974, chegou a Timor o governador Lemos Pires, com a missão de dinamizar a descolonização daquele território ultramarino, munindo-se, para isso, de uma equipa de militares na sua maioria maiores do exército, trazidos propriamente de Lisboa.

O novo governador pretendeu formar um conselho assessor do governo, com a participação de representantes dos três principais partidos de Timor, tendo-se a APODETI recusado a nele participar em virtude do seu programa político visar unicamente o estabelecimento de negociações com a Indonésia, tendo em vista a integração de Timor nesse país. A FRETILIN viria também, mais tarde, a declinar o convite com a alegação de que alguns dos membros do Conselho tinham mantido laços com o regime deposto pelo golpe militar de 25 de Abril em Lisboa. Mesmo assim, formaram-se várias comissões e gabinetes liderados pelos maiores⁽²⁾ que constituíam a equipa do governador, entre os quais se salienta a Comissão de Descolonização, a Comissão de Reclassificação, a Comissão de Reformulação Administrativa, o Gabinete de Assuntos Políticos, o da Coordenação Económica e o da Comunicação Social⁽³⁾.

A actuação do governo de Lemos Pires, no qual a sua participação pessoal era diminuta, caracterizou-se por uma declarada promoção da FRETILIN; intensiva alteração das estruturas políticas administrativas existentes; e crescente diluição do poder, o qual, a dado momento, quase não dispunha de meios de coerção e dissuasão que permitissem manter a ordem, criando, assim, as condições para a intervenção da Indonésia e consequente anexação de Timor⁽⁴⁾.

(1) Almêda Santos, que dissera nos primeiros dias de Agosto de 1974 que achava ridículo e pouco realista estar-se a equacionar o problema de Timor em termos de plebiscito (*Expresso*, 3-8-74), viria a dizer, antes da sua viagem àquele território, que «Timor é um transatlântico ancorado no Pacífico que nos tem custado e continua a custar rios de dinheiro» (CRAVO, *Id.*, 90), expressões que os timorenses nunca lhe perdoaram e que só por si eram suficientes para fundamentar posteriores dúvidas sobre os compromissos de honra que havia assumido em nome do governo português quanto ao futuro político do território.

(2) A liderança coube aos maiores Mota e Jónatas conhecidos apolantes da FRETILIN.

(3) CASCAIS, *Id.*, 25-26.

(4) THOMAZ, *Id.*, 67.

Enquanto o governador se esforçava por reafirmar a intenção de Portugal de não abandonar Timor, dando uma imagem de moderação e ponderação a coberto da sua atitude predominantemente permissiva, os seus colaboradores desenvolviam, paralelamente, uma actividade tendente a que Portugal viesse a abandonar Timor⁽¹⁾.

Lemos Pires começou por substituir, por militares, todos os elementos da administração civil do território, constituída em cerca de 70 %, por timorenses, relegando-os para segundo plano e favorecendo a sua passagem à reforma ou levando-os a abandonar o território. Os que não foram pura e simplesmente afastados, viram o seu prestígio fortemente diminuído pela intromissão dos militares, pelas suas campanhas de dinamização e, fundamentalmente, pela propaganda da FRETILIN⁽²⁾. Estes factos provocaram desequilíbrios, conflitos, agressões, e o fim repentino do equilíbrio que se vivia em Timor, com reflexos, nomeadamente, nas sementeiras e, por consequência, na fome, já praticamente endémica em Timor. Este sistema culminou com a colocação de sargentos nos postos administrativos, em funções civis e militares e com a incumbência da organização das eleições dos órgãos locais e regionais.

As Forças Armadas portuguesas em Timor eram constituídas maioritariamente por soldados timorenses, num total de cerca de 3000 homens, enquadrados por oficiais na sua quase totalidade europeus. Dos sargentos e furriéis, pelo contrário, boa parte eram nativos. Da guarnição fazia parte uma bem treinada e equipada companhia de Polícia Militar que, juntamente com os efectivos da Polícia de Segurança Pública e um pelotão de pára-quedistas, estavam preparados para neutralizar a eventualidade de qualquer perturbação mais séria da opinião pública. Os poucos militares metropolitanos destacados em comissão de serviço para Timor seriam manifestamente insuficientes perante a perspectiva de uma invasão do exterior e, sobretudo, para fazer face a uma qualquer revolta interna ou guerra civil, pois, nesse caso, corria-se o risco de os militares timorenses virem a aderir às facções em luta. Contudo, chegou a pensar-se na desmobilização de parte da força militar timorense, o que não foi efectivamente levado a efeito unicamente devido aos receios de agravamento da crise de desemprego, pois os jovens a desmobilizar haviam alcançado, através do serviço militar, um *status* dificilmente integrável no ambiente rural a que pertenciam.

Os militares timorenses, com uma tradição militar de séculos, eram disciplinados e seguiam normalmente o seu chefe.

(1) CRAVO, *id.*, 98-101.

(2) CASCAIS, *id.*, 30-31.

eram pacientes ao ponto de parecerem tímidos, cobardes até, no dizer de alguns responsáveis pela descolonização de Timor. A tradição guerreira dos timorenses e a exaltação do heroísmo fazem parte da sua natureza social, decorrendo logicamente da compartimentação em povos, reinos e clãs, em constante rivalidade. Antes do advento da «pax-lusitana», a guerra era uma constante da sua vida e o heroísmo a forma de adquirir *status* social, semelhante ao das altas linhagens e ao da Idade. De paciência e doçura verdadeiramente orientais, passavam ao ódio e à violência mais ferozes, em que a vingança é uma constante impenetrável e fatalista. Este fenómeno que explica o comportamento dos timorenses aquando da invasão japonesa durante a II Grande Guerra.

Daí que a presença, religião e língua portuguesas tenham constituído cimento a unir e a evitar permanentes quesílias. Na ordem prática, todas as revoltas contra Portugal derivaram de episódios conjunturais, localizados, tendo sido dominados por fraquíssimos efectivos metropolitanos aliados aos *liurais* fiéis. Estes aspectos psico-sociológicos levaram à manutenção, até os nossos dias, das forças de segunda linha ou companhias de moradores, herdeiras dos corpos militares dos reinos tradicionais. Constituíam uma milícia de cerca de 10 000 homens, constituindo um verdadeiro exército paralelo ao português, com idêntica organização, disciplina e hierarquia, especialmente encarregado da vigilância da fronteira com a Indonésia e, secundariamente, da segurança interna.

A desmoralização e desmobilização dos militares portugueses foi uma das primeiras consequências do golpe militar de 25 de Abril de 1974, tanto em Portugal como nos territórios ultramarinos que administrava, seguindo-se-lhes a indisciplina, o desrespeito pela hierarquia, a falta de motivação e de identificação com os objectivos nacionais definidos, nomeadamente na condução do processo de descolonização a partir de então iniciado. Se a psicose da desmobilização era geral ao nível dos soldados e dos «milicianos», da mesma forma se não entenderá a atitude dos sargentos e oficiais de carreira, por igual preocupados em saldar da forma mais lucrativa possível as suas passagens pelo Ultramar, recolhendo trunfos para proveitosas carreiras político-militares em Portugal.

Ao mecanismo militar desmoralizado e desmobilizado, se subordinavam os incipientes quadros civis, na prática postos de parte e olhados com desconfiança por alegadamente «colonialistas», «fascistas», «comprometidos com o antigo regime», «burgueses», etc.

Em consequência, vivia-se em Timor, nos primeiros meses do governo de Lemos Pires, um período de expectativa e indecisão, pois o que era apregoado nos discursos oficiais, nem sempre correspondia à prática seguida. Enquanto os partidos

mais radicais propunham a independência a curto prazo ou a Integração na Indonésia, ambos com simpatias ao nível do governo, os mais moderados sonhavam com a independência depois de experimentada a auto-determinação, dando tempo à preparação e execução de um plano de desenvolvimento, à formação de quadros, a acertos com os países vizinhos da zona e à captação dos seus apoios e auxílios, simultaneamente apelando para o apoio e o auxílio técnico e financeiro das organizações internacionais. Por influência desta última corrente, começaram a chegar a Díli, em Maio de 1975, os «técnicos» que haveriam de assegurar a descolonização social e económica, segundo se dizia, já que da política se encarregariam os militares.

A presença destes técnicos em Timor só se justificava, (dada a impossibilidade prática de cumprirem as missões que lhes haviam sido confiadas) como lenitivo utilizado pelo governo para convencer os timorenses de que estava a promover uma «descolonização autêntica»; progressiva, valorizadora do quadro económico e social das populações. Apesar da mais que evidente inutilidade da sua presença, foram muito bem recebidos pelos funcionários ainda em serviço, pelos partidos e pela generalidade da população timorense. Por estranho que pareça, nenhum destes técnicos conseguiu manter contactos com as «comissões» e «gabinetes» dirigidos pelos maiores da equipa governamental, que se conservavam hermeticamente fechados e aparentemente sem objectivos definidos.

Desconhecendo a realidade sócio-política de Timor, onde nunca estivera antes, Lemos Pires havia declarado à sua chegada a Díli que trazia como missão incentivar efectivamente o processo de descolonização de Timor, pelo que iria iniciar uma campanha de esclarecimento sobre o que se entendia por isso, ao mesmo tempo que prepararia as condições para o diálogo franco e esclarecimento político do povo de Timor. Essa tarefa seria entregue exclusivamente aos militares, dispensando-se o concurso dos civis, os quais foram convidados a não interferirem, aconselhando-se mesmo os que se não sentissem bem a regressar à Metrópole (1).

Lemos Pires, que pretendeu assumir uma posição superpartidária com a intenção de deixar o povo escolher o seu caminho com a ajuda dos partidos e não com a sua influência, viria a admitir mais tarde que houve actuações individuais à margem da proposta, da parte de alguns militares, sobretudo dos tidos por progressistas, e que se julgavam na obrigação de fazerem a sua revolução. Na verdade, a FRETILIN foi escandalosamente protegida e apoiada pelos militares colaboradores do governador, em detrimento dos demais partidos timorenses.

(1) CRAVO, *Id.*, 96.

de esquerda revolucionária, praticasse actos de verdadeiro banditismo, desrespeitando ostensivamente a autoridade e a lei, de que se salienta a prática de sevícias na pessoa de adversários políticos, chantagens, assaltos à mão armada, roubos, construção de barragens nas estradas para controlo das pessoas e cobrança de taxas, instalação de campos de treino militar em supostos campos-piloto e organização de pretensas áreas libertadas, sem que lhe fosse cominada qualquer sanção⁽¹⁾, ao contrário do que acontecera anteriormente com Alves Aldela e Níveo Herdade. Em consonância com este tipo de comportamento, a FRETILIN aproveitava o tempo de antena que lhe era concedido na Emissora Oficial de Timor, para fazer constantes apelos à insubordinação e à revolta dos soldados, não tendo sofrido qualquer sanção — enquanto a APODETI viu suspenso o seu programa por ter transmitido o hino nacional da Indonésia —; para proferir graves ameaças contra a Igreja Católica, contra as autoridades tradicionais e contra tudo que lhe pudesse embaraçar a conquista do poder⁽²⁾.

O quadro administrativo foi, como já notámos, por iniciativa do próprio governo, rapidamente desmantelado, e inicia-se o processo de desautorização das próprias autoridades tradicionais, quase todas de grande prestígio, pela promessa de que se iriam efectivar eleições para a escolha dos chefes tradicionais.

Um dos aspectos mais característicos da descolonização de Timor, concebida e experimentada pelo governo presidido por Lemos Pires, foi, sem dúvida, o processo de eleição das autoridades e conselhos locais e regionais. Com a consulta ao eleitorado pretendia-se, acima de tudo, aquilatar o grau de implantação dos partidos e distribuir a participação desses partidos nas responsabilidades do processo de descolonização em curso e na tomada crescente das responsabilidades na administração de Timor, de acordo com a proporcionalidade dos actos. O próprio Governador Lemos Pires viria a definir em termos simplistas, na campanha eleitoral, que inaugurava, a APODETI como o partido dos que «querem ficar ligados à Indonésia», a UDT o partido dos «que querem ficar ligados a Portugal» e a FRETILIN como o partido que «quer a independência»! O diploma eleitoral elaborado *ad-hoc*, em Maio de 1975, por um militar português, demonstra completa ignorância da realidade sócio-política de Timor, porquanto se pretendia aplicar padrões das mais evoluídas democracias ocidentais numa sociedade patriarcal e de predomínio da família extensa em que a escolha

(1) CASCAIS, *Id.*, 36. THOMAZ, *Id.*, 71-74.

(2) CASCAIS, *Id.*, 32-33.

dos chefes, limitada a certas linhagens, é fortemente condicionada pela hereditariedade. As eleições não viriam a concluir-se.

7. Depois de encaminhado o processo de transferência de poderes dos territórios africanos administrados por Portugal, através de negociações directas com os movimentos de libertação, custava encontrar uma solução descolonizante para Timor, por específico que fosse o seu contexto, sem o recurso ao prometido plebiscito e sem a aceitação da posição da UDT que admitia a viabilidade de uma ligação a Portugal ou, pelo menos, sem admitir uma «descolonização lenta e progressiva», como este partido, em última instância, admitia. Efectivamente, applicava-se à descolonização de Timor, que o Poder em Portugal pretendia levar a efeito, a frase do governador Lemos Pires «descolonizar não é abandonar» que alguém escreveu numa das paredes de Díli, acrescentando «mas também não é ficar»⁽¹⁾.

Após várias tentativas para reunir em conferência os três partidos timorenses a que Portugal reconhecia representatividade, realizou-se em Junho de 1975 a Cimeira de Macau, à qual a FRETILIN se recusou a comparecer, alegando que a APODETI era um mero agente do Imperialismo⁽²⁾, porque advogava a integração de Timor na Indonésia. Da Cimeira nada de concreto resultou porque, por um lado, à APODETI apenas interessavam conversações que tivessem por objectivo «o processo de transferência de poderes» para a Indonésia, por outro, Portugal não se inclinava a aceitar as posições defendidas pela UDT, interessado como estavam em fixar, de imediato, o processo e o calendário da descolonização de Timor.

Não tendo sido possível tal fixação por acordo, o Conselho da Revolução fixou-o em diploma constitucional que incluiu o novo estatuto orgânico de Timor, regulando-se assim o processo de descolonização e o exercício do poder político até ao termo das prerrogativas de soberania que Portugal exercia sobre aquele território⁽³⁾.

O Estado Português reafirmava naquele diploma legal o direito do povo de Timor à autodeterminação, com todas as suas consequências, incluindo a aceitação da sua Independência, de acordo com as resoluções pertinentes da ONU, e uma escrupulosa salvaguarda do princípio do respeito pela vontade do.

(1) CRAVO, *Id.*, 96.

(2) THOMAZ, *id.*, 71. Estiveram presentes representantes da UDT e da APODETI, tendo a delegação portuguesa sido composta por Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial, Vítor Alves, em nome do Conselho da Revolução, e Jorge Campinos, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

(3) Lei n.º 7/75, de 17 de Julho, *Diário do Governo*, I Série, n.º 163 da mesma data.

povo de Timor. Na sequência deste princípio caberia a uma Assembleia Popular, representativa do povo do território, a ser eleita no terceiro domingo de Outubro de 1976 por votação directa, secreta e universal, a definição do futuro político de Timor. Essa Assembleia Popular deveria, por maioria simples e por voto directo e secreto, definir o estatuto político e administrativo de Timor, por forma a fazer cessar, no terceiro domingo de Outubro de 1978, todas e quaisquer prerrogativas de soberania administrativa da República Portuguesa sobre aquele território. A Assembleia Popular não poderia alterar os prazos fixados sem o prévio acordo do Estado Português, representado, para o efeito, pelo Presidente da República. O governo transitório que seria presidido por um Alto-Comissário era constituído por secretários-adjuntos, dispondo para consulta de um Conselho de Governo, composto por dois membros eleitos por cada Conselho Regional e quatro membros designados por cada uma das associações políticas de Timor, como tais reconhecidos, e que quisessem exercer esse direito. O Estado Português comprometia-se ainda a prestar a Timor assistência financeira, técnica e cultural ao seu alcance e a promover a obtenção de apoios financeiros externos, acclionando, dentro das suas possibilidades, esquemas de desenvolvimento económico, no âmbito de uma cooperação internacional que assegurasse a marcha para a Independência económica do território. Por último, o governo português comprometia-se, na Lei n.º 7/75, de 17 de Julho, a esforçar-se por levar a bom termo a descolonização do território de Timor, como salvaguarda, por um lado, do equilíbrio político da área estratégica em que Timor se insere e, por outro, com total prevenção contra quaisquer riscos de ambições neocolonialistas.

Como se depreende do texto do diploma constitucional que fixa unilateralmente o processo e o calendário da descolonização de Timor, o Poder em Portugal optou por uma das três soluções defendidas pelos partidos timorenses, privilegiando, uma vez mais, a FRETILIN, único partido que defendia a Independência do território a tão curto prazo. A APODETI estaria marginalizada do processo, cabendo à UDT e à KOTA adaptar-se às novas circunstâncias, se porventura estivessem interessados em participar. Contudo, não obstante o governo português ter prometido esforçar-se por levar a bom termo a descolonização de Timor, o processo que fixou era, dos três possíveis, o que menos correspondia a esses designios. A entrega do poder à FRETILIN, que, segundo tudo mostra, se programava, não poderia deixar de desagradar à Indonésia que havia tornado perfeitamente clara a sua posição a tal respeito, pois não toleraria uma descolonização de Timor que viesse a despertar ambições que pusessem em causa, ou em risco, a estabilidade e a paz da área geográfica em que os interesses daquele país tão

fortemente se jogam⁽¹⁾. Por outro lado, o grau de desenvolvimento de Timor não se compadeceria com quaisquer veleidades de independência económica ou mesmo política, porquanto se tratava de um território totalmente dependente do exterior em tudo quanto necessitava, desde a alimentação aos bens de equipamento e das suas próprias exportações, constituídos quase exclusivamente por café. Um tal país não escaparia a quaisquer ambições de carácter neocolonialista, fosse qual fosse o quadrante ideológico predominante de quem assumisse a condução dos seus destinos.

8. Entretanto, a situação socio-política de Timor ia-se degradando de dia para dia, à medida que o desinteresse e a indisciplina imperavam entre os militares portugueses estacionados em Timor⁽²⁾, agudizando-se a tensão entre as forças políticas em presença.

A UDT, que se havia deixado embalar pelo sonho revolucionário da FRETILIN, acabou por perder partidários a favor da APODETI, aproveitando a divulgação da notícia de que os principais dirigentes da FRETILIN haviam sido informadores da PIDE/DGS para romper a coligação que havia constituído alguns meses antes com aquele partido, a fim de conquistar as suas posições iniciais⁽³⁾.

A coligação entre a UDT e FRETILIN não passara de um compromisso entre as cúpulas dos partidos, porquanto as suas bases nunca deixaram de se degladiar, quer física, quer ideologicamente, nos encontros ocasionais, comícios, manifestações, através dos jornais ou da própria Emissora Oficial.

A FRETILIN que vinha desde já algum tempo a radicalizar as suas posições, sobretudo depois do «golpe» de 11 de Março de 1975, em Lisboa, tentou, a 10 de Junho — Dia de Portugal — a sua sorte na conquista do Poder pela força. Na madrugada desse dia, um grupo de soldados afectos a este partido, saiu armado do Quartel-General em Dili, dirigindo-se às instalações da Polícia de Segurança Pública e ao Palácio das Repartições, onde se localizava o Governo, para os tomar de assalto. Alertado para o facto, saiu ao seu encontro o comandante da Polícia, Maggiolo Gouveia, sozinho e totalmente desarmado, que, com relativa facilidade, conseguiu deter a marcha dos revoltosos, convencendo-os a regressarem pacificamente ao Quartel. O incidente, que poderia ter assumido consequências graves, foi encarado com indiferença pelas autoridades militares portu-

⁽¹⁾ SANTOS, *id.*, 177-178.

⁽²⁾ THOMAZ, *id.*, 73.

⁽³⁾ CRAVO, *id.*, 103; CASCAIS, *id.*, 35-36. A revelação viria a ser feita pelos próprios militares portugueses depois da FRETILIN se ter recusado a participar nas conversações de Macau. THOMAZ, 71-72.

guesas, que nem sequer se dignaram interromper o feriado que tranquilamente gozavam para analisarem a situação ⁽¹⁾.

Depois de quebrada a coligação entre a UDT e a FRETILIN e de fracassada a Cimelra de Macau, a FRETILIN aproveitou a circunstância do regresso a suas casas dos partidários da UDT que se haviam manifestado em Díli em apoio à delegação que se deslocara a Macau, para os atacar à catanada; a exemplo do que acontecera no próprio dia da manifestação na capital, altura em que a FRETILIN desarmara e agredira à pedrada e à catanada adeptos da UDT que se faziam transportar numa camioneta. Apesar da violência empregue, o incidente não mereceu a atenção das autoridades, com excepção do Comandante da Polícia que conseguiu persuadir os chefes ávidos de vingança, demovendo-os de se precipitarem num violento banho de sangue de consequências imprevisíveis ⁽²⁾.

O regresso a Díli da delegação da FRETILIN que se havia deslocado a Moçambique, a convite da FRELIMO, para assistir às comemorações da proclamação da independência daquele território da África Oriental coincidiu com o agravamento da já de si precária situação político-militar de Timor, e das tensões existentes entre grupos rivais, com repercussão, nomeadamente, nas suas organizações juvenis ⁽³⁾.

Ao regressar a Díli, a delegação da FRETILIN que regressava de Moçambique foi recebida por uma entusiástica manifestação, tendo-se esquecido de uma pasta no interior do avião que os transportara. A tripulação do aparelho, afecta à UDT, não perdeu a oportunidade de se apoderar da pasta onde dizem ter encontrado os planos para um golpe de Estado, o elenco do governo a instalar e a lista das pessoas a eliminar, entre as quais se contava a quase totalidade dos dirigentes da UDT ⁽⁴⁾.

Na verdade, os dirigentes da FRETILIN vieram eufóricos de Moçambique, dirigindo-se, de imediato, para o interior de Timor, onde iniciaram uma actuação política verdadeiramente desestabilizadora, com assaltos a postos administrativos e outras acções violentas, gerando um clima de tensão e insegurança no território, propícios ao desencadear do golpe programado. Saliente-se que os dirigentes da FRETILIN não voltaram a contactar o governo desde o seu regresso a Díli.

Os principais dirigentes da UDT, em face da situação e dos documentos que possuíam, contactaram, de imediato, os governos do Japão, Formosa, Singapura, Filipinas, Nova Zelândia, Austrália e Indonésia, em busca de apoio para a atitude que o seu partido viesse a tomar perante os acontecimentos que

(1) CRAVO, *Id.*, 104-105; THOMAZ, *Id.*, 73.

(2) CASCAIS, *id.*, 39-40; THOMAZ, *id.*, 78-79.

(3) CASCAIS, *id.*, 52-56.

(4) THOMAZ, *id.*, 79.

receavam, pois tudo parecia indicar que a FRETILIN tentasse um golpe em Timor, como mais tarde confirmaria o próprio governador, Lemos Pires (1).

A UDT, em face do perigo que corria, resolveu organizar uma manifestação nocturna em Dili, a 8 de Agosto de 1975, e uma greve geral no dia seguinte, a fim de exigir do governo medidas contra os militares portugueses directamente comprometidos com a FRETILIN, alertando-o para o perigo da instalação naquele território asiático de um regime de inspiração comunista. Como o governo não tivesse reagido a estas pretensões, a UDT desencadeou uma acção de antecipação à FRETILIN, e que a levou a ocupar o Comando da Polícia, a fim de se apoderar das armas ali existentes, a cercar o palácio do governo e a tomar posições noutros pontos estratégicos da cidade de Dili (2).

As exigências apresentadas pela UDT ao governador Lemos Pires podem resumir-se na expulsão de Timor de um grupo de oficiais comprometidos com a FRETILIN e dos dirigentes deste partido reconhecidamente comunistas e extremistas. A satisfação destas exigências tinha como objectivos acabar com o divisionismo, através da formação de uma frente única, que congregaria todos os partidos, incluindo a FRETILIN, expurgada dos seus elementos extremistas, e exigir de Portugal o cumprimento das suas obrigações para com Timor, como única entidade descolonizadora, garantindo a independência em termos realísticos. Pretendia-se, assim, evitar que Timor se tornasse num foco de instabilidade da região, o que levaria certamente à intervenção no território da Indonésia ou dos países vizinhos que já haviam repetidamente alertado Portugal para as consequências de uma tal situação.

O movimento desencadeado pela UDT não obstante gozasse do apoio das companhias de caçadores de Lospalos e Baucau (que, uma vez chegadas a Dili, se limitaram à organização de uma manifestação de força sem, contudo, terem empreendido qualquer acção que lhes garantisse a conquista de posições), estava condenado ao fracasso por ter levado a extremos os seus escrúpulos para com as autoridades portuguesas.

O governador, em face da gravidade da situação criada pela UDT que, entretanto, manifestava um visível propósito de não fazer vítimas e de evitar um pânico exagerado entre a população, sobretudo entre os civis e militares portugueses, resolveu, sem razão que o justificasse, abandonar a residência oficial e o seu gabinete no Palácio das Repartições, recolhendo-se com todos os seus colaboradores sob a guarda dos pára-quedistas na zona onde se localizavam as residências dos oficiais portugueses.

(1) THOMAZ, *id.*, 80.

(2) CASCAIS, *id.*, 59-60; THOMAZ, *id.*, 80.

Esta atitude foi encarada pelos timorenses como um acto de deserção, face ao respeito que nutriam pela Bandeira e por todos os símbolos da soberania portuguesa na ilha e de desprezo pelos valores que cultivavam.

Apesar das afirmações formais do governador de que a situação estava sob controlo e de que os soldados timorenses se mantinham enquadrados e obedientes ao comando; apesar da promessa solene de que ninguém da população civil de Díli seria molestada, foi resolvido a 13 de Agosto evacuar parte da população civil metropolitana de Timor, com destaque para as mulheres e crianças, a bordo do pequeno cargueiro «Mac Díli», propriedade do principal comerciante chinês de Timor. A UDT não tefá concordado com esta medida, que, em sua opinião, não se justificava, a não ser que o governador e as Forças Armadas Portuguesas reconhecessem a sua incapacidade de encontrar uma solução para as exigências que lhe eram apresentadas. Contudo, as Forças Armadas Portuguesas não tomaram quaisquer medidas de segurança efectiva da população civil timorense, favorecendo deste modo a insegurança e a dúvida entre todos, sobretudo por se recear que os militares timorenses, enquadrados e politizados por partidários da FRETILIN, viessem a aderir a este movimento.

Entretanto, arrastavam-se as conversações entre a UDT e o governador Lemos Pires, que não levariam à satisfação de qualquer das exigências daquele partido. Enquanto alguns militares portugueses auxiliavam subrepticamente a FRETILIN preparando-lhe o contra-golpe que haveriam de desencadear pouco depois, o governador nutria a esperança de chamar este partido à mesa das conversações. Como resposta, teve o aprisionamento do helicóptero e de todos os elementos da delegação militar portuguesa que se deslocou a Aileu para o efeito. Apesar desta atitude inamistosa de desrespeito e agressão, Lemos Pires tentaria de novo chamar a FRETILIN à mesa das negociações, o que esta recusaria peremptoriamente fazer.

O governador, perante as constantes recusas da FRETILIN para dialogar, admitia poder encontrar a solução para os problemas que se lhe colocavam entre os militares timorenses integrados nas Forças Armadas Portuguesas, representadas pelos seus quadros. Porém, faltava ao governador a força e o prestígio que entretanto tinha perdido, para conseguir manter coeso aquele corpo militar, enquadrado por oficiais portugueses, mas constituído na sua maioria, por soldados timorenses.

Mesmo que não quisesse utilizar meios militares, o governador Lemos Pires dispunha da fidelidade do grosso das forças militares com exclusão das forças policiais e das duas companhias que haviam aderido à UDT, o que lhe permitiria controlar a situação e garantir uma solução política para o diferendo. Porém, preferiu envolver os militares timorenses na luta política

entre os partidos desavindos, sabendo antecipadamente que estes poderiam contar com incontestadas reservas de armas e munições. Lemos Pires havia claramente optado pela guerra que incentivava, enquanto que a UDT ainda admitia assistirem condições para a constituição de uma Frente Única, através do diálogo político, tendo em vista a paz e a normalização da vida em Dili.

Na sequência do propósito do governador Lemos Pires de deixar a resolução do diferendo às forças militares timorenses, é nomeado como seu comandante-chefe, no Quartel General em Dili, o aspirante Lobato, irmão do vice-presidente da FRETILIN, confesso simpatizante deste partido (¹). De acordo com as características do corpo militar timorense, afastado o enquadramento até então efectuado por oficiais portugueses, os soldados limitam-se a seguir os chefes. Foi o que aconteceu. Ainda na qualidade de militar português e envergando a farda do Exército Português, o aspirante Lobato, depois de dois ou três dias de preparação, desencadeia uma guerra civil de consequências desastrosas. Dos militares que comanda, uns acabaram por aderir à UDT, enquanto outros, conservando-se fiéis ao seu chefe, combatem ao lado da FRETILIN.

Estava declarada a guerra civil, que se desencadeou com inaudita violência, um pouco por toda a parte, preparando a já então previsível invasão do território pela Indonésia e consequente integração, ante a passividade e a complacência das autoridades políticas e militares de Portugal, em tudo indiferentes ao holocausto do povo que, reconhecidamente, muita devoção e respeito dedicava à Pátria Portuguesa.

9. Quando se iniciou a guerra civil em Timor, a cidade de Dili estava dividida em duas zonas de influência: uma, a Ocidente, na posse da UDT, incluindo o aeroporto e a Emissora e o controlo da estrada para Liquiçá e Batugadé; a FRETILIN, por seu lado, dominava a parte oriental da cidade e as colinas em que ficavam situados os quartéis, o paiol, o hospital e a estação de abastecimento de água, controlando, ainda, a estrada para Baucau e para o Leste da ilha, zona que a UDT ainda detinha. A primeira linha divisória da batalha era definida pelo Palácio das Repartições, local onde continuou hasteada a Bandeira Portuguesa. Junto ao porto ficava a «zona neutra» onde se refugiaram o governador, os seus mais directos colaboradores, os militares portugueses e alguns civis mais privilegiados.

(¹) CASCAIS, *id.*, 62; THOMAZ, *id.*, 84. Os oficiais e sargentos metropolitanos receberam, pouco depois, ordem para entregar o comando das forças e todo o material de guerra ao sargento nativo mais antigo,

O tiroteio entre os focos dos dois movimentos beligerantes era constante, entremeado pelas explosões provocadas pelos dois morteiros de que dispunham os contendores, conquistando-se palmo a palmo as posições muitas vezes em luta corpo a corpo. O resultado foi a destruição e a morte, com casas incendiadas, gente morta à catanada ou queimada viva, crianças esquartejadas, chacinas, mutilações⁽¹⁾. Assim se manteve a situação em Díli cerca de uma semana em que se provocaram mais de 2000 mortes, até que a UDT começou a ceder por falta de armas e munições e por um certo descontrolo entre os seus dirigentes. A FRETILIN dispunha já de todo o armamento armazenado no paiol pelas Forças Armadas portuguesas e da maior parte do contingente dos militares timorenses que ficaram sob o comando do aspirante Lobato.

Os pára-quedistas portugueses circulavam com um certo à vontade dentro da cidade de Díli, sobretudo nos acessos ao hospital, onde o médico militar Ruivo que aí prestava serviço evitava as investidas da FRETILIN, quando este partido resolvia interferir nos serviços do hospital, pretendendo raptar os doentes ou feridos que lhe não eram afectos. Contudo, por várias vezes, foram vistos os referidos pára-quedistas a corrigir os tiros dos morteiros da FRETILIN, de forma a não atingirem a «zona neutra».

Logo após o início da luta, o governador convenceu-se de repente que uma guerra entre a UDT e a FRETILIN poderia servir de pretexto à Indonésia para intervir. Propôs, por isso, um entendimento que tanto a UDT como a FRETILIN aceitaram. Contudo, ao regressar da montanha, o seu dirigente árabe Mari Al-Katiri exige que os seus lutem até à morte: «Se morrerem 200 000 timorenses, ficam ainda 400 000», a FRETILIN continua a lutar⁽²⁾ redobrando a violência das suas investidas sobretudo contra a população civil.

A «zona neutra» que circundava o porto acolheram-se, por ordem expressa do governador, os soldados e os sargentos desmobilizados, enquanto os oficiais se mantinham na zona da messe e das residências reservadas aos militares, esgotando quase integralmente as reservas alimentares guardadas nos armazéns do porto. Algumas centenas de civis, apesar das ordens em contrário, haviam-se igualmente abrigado no porto, enquanto milhares dos não-aderentes a qualquer dos movimentos, incluindo a comunidade chinesa, ficaram de fora por lhe terem sido fechados os portões do porto, guardados de dia e de noite pelos pára-quedistas, os quais, por ordens expressas do governador, não permitiam a entrada de mais ninguém

⁽¹⁾ THOMAZ, *id.*, 84.

⁽²⁾ *Id.*, 84.

naquela zona, único pedaço de terreno onde parecia ainda imperar a soberania portuguesa.

Em determinado momento e considerando a degradação da situação que se vivia, o governador acedeu em falar aos militares instalados no porto. Os civis foram ostensivamente afastados da reunião, mas conseguiram, após muitas insistências, que o governador os ouvisse, depois de o ameaçarem de que dali não sairiam sem lhes falar. Posto perante a situação, incluindo a falta de alimentos que tinham sido exclusivamente distribuídos aos militares, limitou-se a dizer que os civis não tinham nada que ali estar, pois tinha dado ordem para que se abrigassem apenas naquele local os militares; para os civis estava reservada a zona do campo de futebol, local onde não lhes era garantida a defesa contra as investidas da FRETILIN. Quando foi posta a hipótese de os civis serem evacuados para a ilha de Ataúro, o governador pôs de imediato à ideia de lado, alegando falta de água, admitindo, contudo, que uma barcaça os levasse para território indonésio, mas sem escolta e sem consulta prévia, desconhecendo-se, por isso, a reacção das populações locais e das próprias autoridades da Indonésia. Se algum navio acedesse em colaborar na evacuação dos refugiados, Lemos Pires daria prioridade ao embarque dos militares metropolitanos e só depois, se ainda houvesse lugar, às mulheres e crianças timorenses. O critério não foi aceite pela população que se aglomerava no porto, a qual exigiu que a evacuação se processasse em termos humanitários, ou seja, que as mulheres e crianças tivessem prioridade, fosse qual fosse a sua naturalidade, só depois podendo embarcar os homens e, por fim, os militares.

Só depois da chegada a Díli de um cargueiro norueguês, os 1300 refugiados no porto, incluindo 150 militares portugueses, puderam ser evacuados. Quando se anunciou esta evacuação, a população que estava fora da «zona neutra» acorreu em massa, com as suas bagagens, aos portões do porto que se mantiveram fechados e guardados pelos pára-quedistas portugueses, enquanto elementos da FRETILIN atiravam indiscriminadamente sob a multidão, matando e ferindo homens, mulheres e crianças, perante a passividade das forças militares portuguesas. A grande maioria seria, por fim, obrigada a retroceder, embora uma pequena minoria lograsse entrar nas instalações do porto, graças à intervenção dos pára-quedistas. A entrada no porto só era permitida com o aval de uma comissão seleccionadora, constituída *ad-hoc*, a qual passou a integrar também, a partir de determinado momento, representantes da FRETILIN e da UDT que seleccionavam a seu bel-prazer os candidatos a refugiados, utilizando por isso critérios de discutível humanidade.

O governador, os seus mais directos colaboradores e os próprios militares portugueses que não fugiram para a Austrália

acabaram por se refugiar, a 29 de Agosto de 1975 e a coberto da noite, na pequena ilha de Ataúro, situada a umas doze milhas da cidade de Dili. Apenas ficou em Dili o Bispo de Timor que se recusou terminantemente a sair da cidade, seguindo o exemplo do governador Ferreira de Carvalho que, durante os três anos da ocupação japonesa, durante a guerra de 1939-45, jamais abandonou o seu posto ⁽¹⁾.

A UDT bem cedo cedeu à superioridade militar da FRETILIN, que acabou por se apoderar da quase totalidade do território, iniciando a retirada em direcção à fronteira com a Indonésia. Pelo caminho armou uma emboscada e capturou um grupo de militares timorenses que retiravam de Bobonaro, conservando-os prisioneiros na esperança de que Portugal accedesse em encetar novas negociações com vista a uma solução pacífica para Timor ⁽²⁾.

Quando as forças da FRETILIN desalojaram as da UDT de Batugadé, último reduto daquele partido, a menos de 2 Km da fronteira com a Indonésia, acabaram para Timor todos os propósitos de uma descolonização sem a intervenção daquele país. Forçados a acolher-se ao território indonésio, as tropas da UDT foram desarmadas e desmanteladas. A partir daí a participação das forças timorenses na contra-ofensiva comandada pela Indonésia foi mínima ⁽³⁾.

Em Dili restabeleceu-se a calma, enquanto se desencadeava a ofensiva da FRETILIN contra a UDT. Contudo, os representantes da soberania portuguesa deixaram-se ficar em Ataúro, preparando a sua retirada definitiva do território. Entretanto, a FRETILIN com um entusiasmo próprio da idade dos seus próprios dirigentes, começou a instalar uma estrutura administrativa revolucionária. É então que são libertados os militares portugueses entretanto feitos prisioneiros, com excepção de Maggiolo Gouveia, que desempenhava as funções de comandante da Polícia de Segurança Pública, preso logo nos primeiros dias de luta e a quem a FRETILIN não perdoara o ter alinhado com a UDT. Com ele ficaram também prisioneiros alguns dirigentes da APODETI, que haviam permanecido na cidade, a coberto da neutralidade inicial do seu partido, assim como outras personalidades, como o Presidente da Cruz Vermelha de Timor, Vitor Santa, os quais juntamente com os prisioneiros da UDT viriam a sofrer tratamento desumano nos cárceres onde foram encerrados ⁽⁴⁾.

A FRETILIN, embora controlasse de facto quase todo o território, não exigiu de imediato a independência, na expec-

⁽¹⁾ THOMAZ, *id.*, 84.

⁽²⁾ CARLOS, *Eu Fui ao Fim...*, 121-126.

⁽³⁾ THOMAZ, *id.*, 85.

⁽⁴⁾ *Id.*, 88-89.

tativa de que Portugal a reconhecesse como único representante legítimo do povo de Timor a exemplo do que acontecera com os demais territórios ultramarinos. Preferia que Portugal reassumisse a administração do território e o governasse, em regime de transição, durante mais três anos, só depois se proclamando a Independência (1).

A 22 de Agosto, Almeida Santos partiu de Lisboa com destino a Timor, passando pelos Estados Unidos da América, Indonésia e Austrália. Em Nova Iorque estabeleceu contactos com o secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, a fim de encontrar uma solução concertada para o problema de Timor. O governo da Indonésia aproveitou a visita de Almeida Santos para apresentar um plano de envio de forças para Timor «como primeiro passo para o estabelecimento de uma força multinacional de manutenção da Paz», o que foi recusado por Portugal, que aconselhava o envio simultâneo de uma força multinacional constituída por tropas de Portugal, Indonésia, Malásia e Austrália. Adam Malik, ministro das Relações Exteriores da Indonésia, chegou também a advertir Portugal, numa das reuniões que teve com Almeida Santos, que o seu país não poderia tolerar a situação de Timor, porque o prejudicava e o colocava em perigo. Aquela seria uma primeira advertência, ao mesmo tempo que responsabilizava Portugal por tudo o que viesse a acontecer, se este não assumisse as suas responsabilidades. Por seu lado, o primeiro-ministro australiano aproveitou a oportunidade para criticar a atitude de Portugal perante a questão de Timor, declarando que «Timor Oriental era uma colónia portuguesa e que Portugal devia aceitar a sua responsabilidade, em vez de afastar-se e alijar a carga». Almeida Santos propôs então, na sequência das consultas entabuladas, o estabelecimento de novas conversações entre o governo português e os três partidos timorenses em Macau, a 20 de Setembro.

Esta reunião não viria a realizar-se, não obstante a UDT ter acedido em participar, devido à crise governamental que se vivia nessa altura em Lisboa. Perdida esta derradeira oportunidade já não foi possível conciliar os interesses em causa, abrindo-se as portas de Timor à intervenção da Indonésia.

10. Colocados pela Indonésia em situação pouco esclarecida, pois nunca mais os dirigentes da UDT se deslocaram ao exterior ou voltaram a contactar com os países vizinhos, este partido viu-se obrigado, certamente por força das circunstâncias(2), a constituir, em fins de Setembro de 1975, uma coligação

(1) *Id.*, 91.

(2) *Id.*, 89.

com a APODETI, KOTA e Partido Trabalhista que recebeu a designação de Movimento Anti-Comunista, MAC, com o objectivo de lutar contra as forças, identificadas como comunistas, da FRETILIN.

Na sequência da advertência de Adam Malik, a 13 de Outubro, de que a paciência da Indonésia tinha limites e que se a FRETILIN não cessasse as suas provocações se veria forçado a actuar, as guerrilhas do MAC, constituídas na realidade quase exclusivamente pelas forças indonésias, pois a participação timorense foi diminuta, conseguiram infiltrar-se progressivamente no território de Timor Oriental conquistando à FRETILIN as posições há bem pouco tempo conquistadas à UDT por aquele partido. Um desembarque de tropas na costa Sul, na área de Viqueque, permitiu ao MAC abrir uma segunda frente de combate no Leste da ilha, enquanto que outras forças se infiltravam pela fronteira de Cova Lima. Contudo, seria na costa Norte que se desenvolveriam as principais operações, nomeadamente entre Balibó e Maliana, onde a FRETILIN conseguiu, durante muito tempo, dificultar o avanço do MAC, apesar do material moderno de que dispunha.

Os ministros dos Negócios Estrangeiros, de Portugal, Melo Antunes, e da Indonésia, Adam Malik, voltaram a reunir-se, desta vez em Roma, de 1 a 3 de Novembro de 1975, assinalando no comunicado conjunto que a responsabilidade fundamental da descolonização de Timor Português recaía sobre Portugal e que este país, como autoridade legítima nesse território, teria de comprometer-se a realizar todo o género de esforços para a realização rápida e ordenada do acto de livre determinação por parte do povo de Timor Português, sendo essencial a salvaguarda dos interesses legítimos dos países da região, particularmente os da Indonésia, como país vizinho mais próximo. Melo Antunes, de regresso a Lisboa, declarou, no entanto, que se acordara que nenhuma potência interviria em Timor e que a Indonésia não exerceria pressão sobre o povo de Timor.

A Comissão Nacional de Descolonização, na sequência do acordo em Roma, convidou os três principais partidos timorenses para uma nova reunião em Darwin, na Austrália, entre 15 e 20 de Novembro, a fim de se chegar a acordo quanto ao estabelecimento e manutenção de um cessar-fogo; estabelecimento de um mecanismo de transição até à livre determinação de Timor; e regresso dos refugiados que se encontravam no Timor Indonésio. Os três partidos estiveram, a princípio, receptivos à realização desta conferência, não obstante a UDT e a APODETI terem levantado algumas dificuldades quanto à data e local das mesmas. Os acontecimentos posteriores viriam, contudo, a alterar o programado, impossibilitando a realização da reunião.

Tudo leva a crer que, nesta ocasião Jacarta decidira já, definitivamente, anexar Timor, inspirando à UDT e à APODETI,

Já na sua íntima dependência, respostas dilatórias que, sem excluírem uma aparência de abertura a uma solução negociada, lhe deixassem consolidar no terreno uma implantação militar sólida e irreversível.

Entretanto, o MAC ia conquistando posições e quando avançou decididamente sobre Atabae, a FRETILIN proclamou inesperadamente, a 28 de Novembro de 1975, a independência de Timor Leste, o que é também justificado pelo golpe que, dias antes, a 25 de Novembro, havia sido desencadeado pelas forças comunistas e da extrema esquerda em Portugal. Esse acto unilateral forneceu o pretexto para que as forças coligadas do MAC assassinassem em Balibó uma declaração favorável à integração de Timor na Indonésia, o que ofereceu a este país um título para intervir mais directamente. Só depois desta declaração do MAC o governo português reagiu, rejeitando tanto a proclamação da independência por parte da FRETILIN, como a declaração que facilitava a integração de Timor na Indonésia. A Indonésia, iniciando uma política de pequenos passos conducentes à anexação, voltou a reiterar, a 4 de Dezembro de 1975, o respeito pelos direitos e obrigações de Portugal, como única autoridade do território de Timor Oriental, deplorando profundamente o «acto unilateral da FRETILIN», mas afirmando já a sua «profunda compreensão» pela declaração da integração na Indonésia, feita pelos partidos UDT, APODETI, KOTA e TRABALHISTA, assim como o seu respeito pelo povo indonésio em simpatizar com essas declarações. O governo indonésio pedia ainda a todas as partes interessadas para fazerem sérios esforços no sentido de se conseguir a descolonização de Timor português, de uma «maneira normal, ordenada e pacífica», ao mesmo tempo que expressava a decisão de tomar todas as medidas necessárias para garantir a segurança do seu território nacional, defender a soberania do Estado e proteger a população de vexames externos. O governo e o povo da Indonésia «reconheciam ter a obrigação moral de proteger o povo do território de Timor, de maneira a que o processo de descolonização se pudesse efectuar em conformidade com as aspirações e os desejos de todo o povo de Timor português». A Austrália, por seu lado, também não viria a reconhecer a declaração unilateral de independência da FRETILIN, por considerá-la anti-democrática e imposta ao povo pela força das armas.

Certamente com «luz verde» do Presidente dos E. U. A., que dias antes visitara Jacarta, a Indonésia, a quem os últimos acontecimentos facilitavam a intervenção, perante as constantes atitudes de demissão de Portugal como potência administrativa do território, não deixou perder a oportunidade, cercando a ilha na madrugada de 7 de Dezembro com dezasseis navios de guerra, apoiando desembarques em diversos pontos da costa, acabando, finalmente, as tropas pára-quedistas por ocupar Díli.

O governo português que havia voluntariamente e sem razão que o justificasse, abandonado a ilha de Timor havia uns três meses, informou nesse mesmo dia o Conselho de Segurança dos actos agressivos da Indonésia, com forças aéreas, navais e terrestres, contra Timor, especialmente Dili, e solicitou uma reunião urgente do Conselho de Segurança, cortando de imediato as relações diplomáticas com aquele país, em atitude de demissão perante as suas responsabilidades, e anulando todas as hipóteses de diálogo com vista a uma qualquer solução pacífica para o diferendo. As autoridades que se haviam refugiado em Ataúro, que as forças indonésias respeitaram, acabaram por se retirar para a Austrália sem razão que o justificasse, deixando ali um simples pelotão totalmente constituído por soldados timorenses e estabelecendo em Darwin um governo de Timor no exílio, sem qualquer significado⁽¹⁾.

A Indonésia, por seu lado, negou que forças armadas do seu país tivessem participado nos ataques a Dili e a Baucau, afirmando que essas localidades haviam sido «libertadas por forças da UDT e da APODETI, apoiadas por voluntários indonésios que ali se tinham dirigido, a pedido do MAC, para combaterem a FRETILIN.

Instalados em Dili, os partidos do MAC, constituíram um Governo Provisório de Timor Oriental, dirigido por Arnaldo Rels Araújo, da APODETI.

A Assembleia Geral e o Conselho de Segurança das Nações Unidas, depois de sucessivos adiamentos e pouco convencidos da atitude portuguesa, aprovaram as resoluções de 12 e 22 de Dezembro de 1975, respectivamente, «deplorando» a acção da Indonésia, ao mesmo tempo que exortavam o seu governo a retirar «sem demora» todas as suas forças de Timor Oriental, enquanto faziam lembrar a Portugal os seus deveres e obrigações, como potência administrante do território.

A 13 de Dezembro de 1975, as autoridades tradicionais do enclave português de Ocússi Ambeno, na parte ocidental de Timor, que nunca estiveram sob o controlo da FRETILIN, declararam oficialmente pretender unir-se ao território da Indonésia. A cerimónia da integração efectuou-se em Kupang, perante a Assembleia Legislativa local, que a aceitou, comprometendo-se a comunicar o facto ao presidente Suharto da Indonésia. Alguns dias mais tarde, a 18 de Dezembro, em cerimónia realizada em Ocússi e na qual teria participado o governador de Timor Ocidental, arreou-se a Bandeira Portuguesa, içando-se em seu lugar a da Indonésia.

Alguns meses mais tarde, em Março de 1976, o governo português propôs à Indonésia a abertura de negociações sobre

(1) *Id.*, 92.

todos os aspectos da situação de Timor, tendo a Indonésia retorquido que o assunto era da competência do Governo Provisório de Timor—mas inspirando-o, ao mesmo tempo a recusar-se a toda a negociação, sob o pretexto de o território já não pertencer ao governo de Lisboa.

Uma Assembleia Representativa Popular de Timor Oriental, constituída por 37 membros, na sua totalidade designados pelas autoridades de ocupação substituta da «Assembleia Provisória» que assistia ao Governo Provisório, aprovou por unanimidade e em menos de duas horas, na sua primeira sessão que se realizou a 31 de Março de 1976, uma petição para a Integração do território na Indonésia. A petição seria apresentada ao presidente Suharto da Indonésia a 7 de Dezembro de 1976, por uma delegação de 44 pessoas, integrada por elementos da Assembleia Representativa Popular e do Governo Provisório de Timor Oriental.

Em fins de Junho, a Indonésia declarou que enviara a Timor Oriental uma comissão para se certificar, no próprio terreno, dos desejos do povo. A 17 de Julho, o presidente Suharto acabaria por assinar a lei, que obteve a aprovação do Parlamento Indonésio, em que integrava oficialmente o território de Timor Oriental na Indonésia, como constituindo a sua vigésima sétima província—para o que foi necessário alterar a Constituição Indonésia, que não permitia a anexação de qualquer território estrangeiro.

Portugal, por seu lado, entregava a resolução do problema à ONU, ignorando a sorte dos timorenses fiéis ao culto do símbolo da soberania portuguesa no território e dos 23 militares portugueses que haviam ficado como reféns da UDT, na esperança de que Portugal viesse a assumir as suas responsabilidades.

Sensibilizada a opinião pública portuguesa nos últimos dias de Junho de 1976 para o problema de Timor, dos refugiados e dos 23 militares prisioneiros, Morais e Silva deslocou-se a Timor, depois de bem orientados contactos officiosos, e conseguiu não só a libertação dos prisioneiros, como o envio para Portugal de cerca de 2000 refugiados que, fugindo à guerra civil, se haviam acolhido a Timor Indonésio, mas, considerando-os portugueses, recusavam permanecer em Timor após a anexação.

A ocupação de Timor Oriental pelas tropas indonésias, sobretudo oriundas da ilha de Java, veio fortalecer a consciência dos elementos culturais (raça, língua, religião, hábitos, cultura) que diferenciam os timorenses da metade oriental da ilha, dos Indonésios. A consciência dessa alteridade, de ordem estrutural, juntou-se, conjunturalmente, a reacção às atrocidades, massacres, extorções, pilhagens e perseguições praticadas pelas forças ocupantes. Isso levou a que muitas forças, antes pró-indonésias ou dispostas a aceitar como um mal menor a Inte-

gração, passassem à oposição subversiva ou mesmo aderissem à guerrilha (1).

Portugal manteve-se, entretanto, na sua atitude de indiferença para com o problema político e humano de Timor Oriental, recusando-se a negociar com a Indonésia uma solução que permitisse ao povo de Timor exercer, em liberdade, o seu inalienável direito à autodeterminação, evitando o extermínio, a médio prazo, de um povo por cuja individualidade étnica e cultural Portugal é historicamente responsável.

(1) Dos grupos de guerrilha que lutaram em Timor contra a ocupação da Indonésia, saíram-se a FRETILIN; restos dos corpos do Exército Português que, sob o comando do sargento Hermenegildo Alves, aderiram à FRETILIN; parte das forças da UDT, integrando restos das unidades do exército regular que se lhes aderiram e milícias recrutadas na guerra civil; e o resto do exército português, engrossado por algumas milícias que, sob o comando do sargento Aquiles e por ele reorganizados, recusam hastear a bandeira de qualquer dos partidos e continuam a lutar contra as forças indonésias, em nome da soberania e da bandeira portuguesa.

